

# Percepção dos profissionais brasileiros com relação ao processo de convergência contábil às normas internacionais<sup>1</sup>

doi: 10.4025/enfoque.v32i3.17587

## Marta Cristina Pelucio Grecco

Mestre em Controladoria pela FEA-USP  
Doutoranda em Administração de Empresas pela UPM  
Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM  
martapelucio@mackenzie.br

## Henrique Formigoni

Doutor em Controladoria pela FEA-USP  
Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM  
hformigoni@mackenzie.br

## Cecília Moraes Santostaso Geron

Mestre em Controladoria  
Doutoranda em Controladoria pela FEA-USP  
Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM  
cecilia.geron@praesum.com.br

## Liliane Cristina Segura

Doutora em Administração de Empresas na UPM  
Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM  
liliane.segura@mackenzie.br

Recebido em: 15.06.2012

Aceito em: 15.07.2013

2ª versão aceita em: 08.08.2013

## RESUMO

O objetivo deste trabalho foi identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos profissionais de contabilidade e de finanças, de empresas sediadas no Brasil, na implantação das novas práticas contábeis brasileiras. Este trabalho caracteriza-se, por sua natureza, como exploratório e descritivo e, quanto ao método, quantitativo com tratamento dos dados por meio do teste de Kruskal-Wallis e qualitativo com análise de conteúdo. A população foi composta por empresas brasileiras com atividades de importação e exportação e a amostra, por conveniência, foi composta pelas empresas localizadas na região metropolitana de São Paulo que efetuaram importações no ano de 2009. Os dados foram coletados através de questionário com perguntas abertas e fechadas formuladas para atender aos objetivos específicos descritos neste trabalho. Os resultados apontam que, de acordo com a percepção dos profissionais, as principais dificuldades na implementação das novas práticas contábeis brasileiras referem-se ao reconhecimento, mensuração e divulgação de ativo imobilizado e intangível, bem como à falta de profissionais qualificados e de suporte de tecnologia de informação. Apesar das dificuldades apontadas, os profissionais de contabilidade e de finanças acreditam que as novas práticas contábeis trarão impactos positivos em termos de investimentos para o Brasil. Conclui-se que, na visão dos respondentes, a adoção das novas práticas contábeis trará benefícios que superarão os custos e dificuldades de sua implantação.

**Palavras-chave:** IFRS. Práticas contábeis. Percepção profissional.

## *Brazilian professionals' perception in relation to the accounting convergence process to IFRS*

## ABSTRACT

The objective of this paper was identifying the main difficulties faced by the accounting and financial professionals of entities located in Brazil in the implementation of the new Brazilian accounting practices. This work is characterized regarding its nature as descriptive and exploratory, concerning the applied method, quantitative, making use of Kruskal-Wallis test and qualitative by means of content analysis. The population was composed of entities located in Brazil with foreign trade activities, import or export. The sample, by convenience, was composed of entities located in the metropolitan São

<sup>1</sup> Artigo apresentado no XXXV ENANPAD 2011.

Paulo whose business involved import in the year of 2009. Data were collected according to a questionnaire whose questions were formulated for attending the specific objectives described in this paper. The main results pointed that the professionals' perception regarding the main difficulties in the implementation of the new Brazilian accounting practices are linked to the recognition, measurement and disclosure of Property, Plant and Equipment and Intangibles, besides the lack of qualified professionals and information technology support. In general, it is assumed that despite the difficulties, the accounting and financial professionals realize that the new accounting practices will bring positive impacts in terms of investments in Brazil.

**Keywords:** *IFRS. Accounting practices. Professionals' perception.*

## 1 INTRODUÇÃO

A contabilidade brasileira é regulamentada, em seus aspectos fundamentais, pela Lei 6.404/76, conhecida como Lei das Sociedades por Ações. Marco da adoção do modelo americano de contabilidade no Brasil, sua utilização foi estendida para os demais tipos de sociedades através do Decreto Lei nº 1.598/77 que determinou a forma de apuração do lucro para fins de tributação pelo imposto de renda.

Além da legislação societária, as empresas brasileiras são reguladas por órgãos específicos de acordo com a sua atividade. Esses órgãos regulamentam inclusive as práticas contábeis que as empresas devem adotar. Entre os principais órgãos reguladores estão o BACEN – Banco Central do Brasil, que regula as instituições financeiras, a SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, que regula as seguradoras e a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, que regula as empresas de energia elétrica.

Até 2007, a Lei 6.404/76 sofreu poucas alterações relevantes referentes à matéria contábil. Por outro lado, desde sua criação em 1976, a CVM – Comissão de Valores Mobiliários emite normas contábeis para as companhias abertas, atendendo às necessidades do mercado.

Em 2007 foi promulgada a Lei 11.638/07, alterando a lei de 1976 em relação às práticas contábeis brasileiras vigentes a partir de 2008. Esta foi, depois, complementada pela Lei 11.941/09. Essas alterações foram necessárias para a convergência das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de

contabilidade.

A Lei 11.638/07 determinou que as normas contábeis expedidas pela CVM fossem acatadas pelas companhias abertas brasileiras e, também, que essas normas deveriam ser consonantes com as normas internacionais de contabilidade. Autorizou, ainda, o convênio dos órgãos reguladores com entidade que tenha por objeto específico estudar e emitir pronunciamentos contábeis.

Tal entidade é o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, criado em 2005, com o objetivo de emitir pronunciamentos contábeis de acordo com as IFRS – *International Financial Reporting Standard*. É interessante notar que, além de fomentar a adoção das normas contábeis internacionais no Brasil, o CPC centralizou a emissão de pronunciamentos contábeis que podem ser adotados pela CVM e demais órgãos reguladores.

As alterações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei 11.638/07, pela Lei 11.941/09 e pelos pronunciamentos e orientações emitidos pelo CPC incluem mudanças na estrutura das demonstrações contábeis e nas avaliações patrimoniais.

O processo brasileiro de convergência às IFRS foi dividido em duas etapas. A primeira em 2008 e a segunda em 2010, alcançando as companhias abertas e as empresas de grande porte, as quais ficaram obrigadas a acatar as novas práticas contábeis.

O Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que regulamenta a profissão contábil e é responsável pela emissão das Normas Brasileiras de

Contabilidade, adotou todos os pronunciamentos emitidos pelo CPC. Dessa forma, as demais sociedades também devem obedecer às novas regras contábeis, optando pela aplicação completa dos CPC ou a aplicação do CPC específico para Pequenas e Médias Empresas – CPC PME, a partir de 2010.

Há vários estudos que mensuram o impacto das alterações das práticas contábeis locais no resultado, no ativo, no passivo e no patrimônio líquido das empresas listadas em bolsas, não só brasileiras, mas em vários países onde o fenômeno de convergência das práticas contábeis locais às internacionais tem ocorrido.

Andrés, Lorca e García-Diez (2009) quantificaram o impacto da adoção das IFRS nas demonstrações financeiras das companhias abertas espanholas. Os principais resultados indicaram que as variações decorrentes da transição não foram grandes e, ainda, que entre os principais fatores que podem influenciar as diferenças de avaliação entre as práticas contábeis espanholas e as IFRS, o ativo total, as vendas líquidas e o lucro líquido parecem ter influência nessas diferenças.

Grecco, Formigoni e Geron (2010) mensuraram os impactos das alterações nas práticas contábeis brasileiras ocorridas em 2008 nas companhias abertas e concluíram que o índice de conservadorismo das empresas aumentou. Neste estudo observou-se uma redução de aproximadamente 2% no Patrimônio Líquido das empresas da amostra, devido, principalmente, à Reversão da Reserva de Reavaliação, proibida no Brasil a partir de 2008. Observou-se, também, uma redução de aproximadamente 5% no Resultado de 2008, em função, principalmente, da adoção do CPC 02 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. Eles verificaram também que a adoção das novas práticas contábeis de contabilização, mensuração e evidenciação de instrumentos financeiros foi a que ocasionou a maior quantidade de ajustes.

Lemes e Silva (2007) analisaram as principais diferenças entre as demonstrações contábeis elaboradas segundo a legislação brasileira e

segundo as normas internacionais de contabilidade e concluíram que os principais pontos de divergência na implementação das IFRS no Brasil são: imposto de renda diferido; efeitos das variações cambiais; e reclassificações de contas no balanço e na demonstração do resultado.

Nesse contexto, foi formulada a seguinte questão de pesquisa: Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos profissionais de contabilidade e de finanças de empresas sediadas no Brasil na implantação das novas práticas contábeis brasileiras?

Para responder à questão de pesquisa foi traçado o seguinte objetivo geral: identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos profissionais de contabilidade e de finanças de empresas sediadas no Brasil na implantação das novas práticas contábeis brasileiras.

Adicionalmente, formularam-se os seguintes objetivos específicos, considerando a percepção dos profissionais:

- Identificar os fatores que podem causar impactos operacionais nas empresas dificultando o processo de convergência das práticas contábeis brasileiras às internacionais;
- Identificar impactos decorrentes da adoção das novas práticas contábeis com relação ao reconhecimento, à mensuração e à divulgação de itens contábeis;
- Identificar o grau de compreensibilidade dos termos e conceitos existentes nas novas normas contábeis;
- Avaliar se existem diferenças significativas entre as percepções, em relação às dificuldades enfrentadas nos processo de convergência, de profissionais com diferentes cargos, formação e por tipo, categoria e setor de empresa nas quais atuam.

A relevância deste estudo caracteriza-se pelo fato de que, embora existam várias pesquisas

mensurando o efeito das alterações das práticas contábeis brasileiras no resultado e no patrimônio das empresas, pouco se estudou sobre as dificuldades para a implantação dessas novas práticas nas empresas, por ser assunto ainda recente em nosso país.

A contribuição deste estudo consiste no esclarecimento das dificuldades na implantação das novas práticas que é uma importante ferramenta para os normatizadores e para os próprios profissionais para sua aplicabilidade.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 AS INFLUÊNCIAS CULTURAIS SOBRE AS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Contabilidade é uma ciência social que tem como objeto o patrimônio. As práticas contábeis, por sua vez, sofrem influências de uma série de fatores culturais. Conforme Hendriksen e Breda (1999, p. 32):

[...] os princípios contábeis representam apenas uma das forças que moldam a prática contábil. A política, a economia e a legislação também representam muitas das forças poderosas que se juntam a considerações puramente teóricas para a determinação da prática.

De acordo com Radebaugh e Gray (1997, p. 47) podem ser elencadas diversas influências ambientais nas práticas contábeis tais como: a atividade de negócio da entidade; fonte de recursos financeiros e estágio de desenvolvimento dos mercados de capitais; natureza do sistema de tributação; a existência e a significância da profissão contábil; estágio de pesquisa e educação contábil; natureza do sistema político; estágio do desenvolvimento econômico; inflação; sistema regulatório; e natureza da regulamentação contábil.

O International Accounting Standards Board – IASB, por meio da norma IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, define que: “políticas contábeis são os princípios, as bases, as convenções, as regras e as práticas específicas aplicadas pela entidade

na elaboração e na apresentação de demonstrações contábeis”.

Segundo Hendriksen (1999, p. 160) devem ser consideradas as consequências sociais e econômicas da política contábil, pois, as decisões relativas à política contábil devem causar efeitos sociais e econômicos, o que inclui: aprimoramento da informação disponível; redução de custo na elaboração; e melhores decisões por parte dos usuários, no sentido de melhor alocação de recursos.

As práticas contábeis adotadas por uma determinada entidade são influenciadas pela regulamentação contábil, que determina as políticas contábeis que podem ser utilizadas, conforme normatização local. Porém, além disso, as práticas contábeis também são influenciadas pelo nível educacional dos profissionais contábeis, pela interpretação e entendimento destes profissionais com relação à normatização e pelas dificuldades práticas que as entidades enfrentam na adoção de determinados procedimentos em função dos recursos tecnológicos que dispõem.

Adicionalmente mudanças em práticas contábeis devem resultar em melhoria da qualidade da informação para os tomadores de decisões, gerando benefícios que superem os custos de sua elaboração. Soderstrom (2007) pontua que a qualidade de contabilidade é uma função do ambiente institucional global da empresa, incluindo o sistema legal e política do país em que a empresa reside.

Entre as características que imputam utilidade à informação contábil divulgada, a confiabilidade é uma das que mais se destaca. É a partir desse atributo que os agentes econômicos avaliam e formam sua própria opinião sobre o que está contido nas demonstrações (Santos et al., 2011).

Dessa forma, a convergência das práticas contábeis brasileiras a padrões internacionais aceitos como de alta qualidade influencia na percepção da confiabilidade da informação contábil.

Macedo, Machado e Machado (2013) verificaram

a mudança do conteúdo informacional antes e após a convergência e identificaram um ganho informacional no Lucro Líquido das empresas brasileiras por causa da convergência contábil.

## 2.2 PROCESSO DE CONVERGÊNCIA INTERNACIONAL DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O processo de convergência internacional das práticas contábeis está ocorrendo em diversos países do mundo. De acordo com Souza e Coutinho Filho (2007), a discussão acerca da harmonização contábil intensificou-se no fim da década de 90 do século passado. A crise das economias japonesa, asiática e russa despertou a atenção para o fato da diversidade de normas contábeis nos diversos países.

Dentre as vantagens da adoção de práticas contábeis convergentes, pode-se citar, conforme Martins e Brasil (2008), o fornecimento de informações de acordo com normas de elevada qualidade e o fato de que a transparência e comparabilidade reduzem o risco do investimento e o custo do capital. Ressalte-se que a elaboração das demonstrações contábeis de acordo com diferentes normas, de diferentes países, causa ruído na comunicação com os investidores e outros interessados nas demonstrações contábeis nos vários mercados de capitais em que a empresa opera. Além disso, a companhia pode incorrer em elevados custos operacionais.

Apesar de trazer vantagens, especialmente em relação à facilidade de acesso aos mercados e na obtenção de recursos, a implementação de práticas contábeis convergentes às normas internacionais é um processo que requer investimento em pessoal, tecnologia e processos para ser consolidado.

A implementação das normas internacionais de contabilidade gerou estudos em diversos países, cujos autores preocuparam-se em verificar quais as expectativas e percepções dos profissionais da área contábil em relação ao processo de implementação dessas novas normas, e outros estudos abordaram os impactos das mudanças

de práticas contábeis.

Daske et al. (2007) estudou a discricionariedade em companhias que adotam as IFRS. As consequências econômicas para as companhias, como por exemplo, a diminuição do custo de capital depende do grau com que se comprometem com a transparência. Ainda de acordo com Daske et al. (2008), em suas análises sobre o efeito da implementação das IFRS em vários países ao redor do mundo, identificou diminuição do custo de capital.

Jeanjean e Stolowy (2008) pesquisaram sobre o gerenciamento de resultados após a adoção das IFRS na Austrália, França e Reino Unido. Os autores concluíram que o gerenciamento de resultados não diminuiu após a adoção das novas práticas e, na França, de fato aumentou. Ainda afirmam que o compartilhamento das mesmas regras contábeis não cria uma linguagem comum de negócios.

Horton et al. (2010) pesquisaram sobre a melhora da qualidade da informação contábil em vários países europeus. Os resultados demonstram que a qualidade da informação aumentou para companhias que adotaram as IFRS voluntariamente.

Ozu et al. (2010) analisaram a percepção de executivos japoneses sobre os custos e benefícios na implementação das IFRS no Japão. De acordo com o estudo, os custos de implantação excedem os benefícios decorrentes da convergência e a maioria dos respondentes avaliou que as práticas das IFRS são superiores às do USGAAP.

Helmann, Perera e Patel (2010) pesquisaram a tradução das IFRS para o alemão e verificaram haver inconsistência na aplicação das normas ocasionada por erro de tradução.

Fox et al. (2010) exploraram os custos e benefícios ocasionados pela implementação das IFRS na Inglaterra, Itália e Irlanda. Os resultados demonstraram que os entrevistados não perceberam benefícios tangíveis na implantação das IFRS e que não houve redução no custo do capital.

## 2.3 PROCESSO DE CONVERGÊNCIA BRASILEIRO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Conforme Souza e Coutinho Filho (2007), a implementação das normas internacionais de contabilidade exige profundos conhecimentos tanto das normas locais quanto das internacionais. As dificuldades no processo de convergência vão desde a carência de profissional qualificado até a cultura brasileira de influência do fisco na contabilidade.

O processo brasileiro de convergência das práticas contábeis às IFRS tem uma amplitude superior ao que tem ocorrido em outros lugares do mundo. Por exemplo, enquanto na União Européia o foco é exclusivo na aplicação às empresas abertas, no Brasil os pronunciamentos (CPC), as interpretações (ICPC) e as orientações (OCPC) emitidas pelo CPC, em conformidade com as IFRS, são aplicáveis a todos os tipos de sociedades e não apenas às companhias abertas.

Salvo algumas exceções, para todos os CPC emitidos existe um correlato nas normas internacionais e a maioria é, de fato, quase que, simplesmente, uma tradução das IFRS.

Silva et al. (2010) pesquisaram a percepção dos profissionais da área contábil das empresas de saneamento no Brasil, quanto aos maiores impactos no resultado e no Patrimônio Líquido dessas entidades. Analisaram, também, as dificuldades de implementação das mudanças da legislação societária em 2008 e identificaram como sendo as principais: a falta de conhecimento das IFRS, as dificuldades com o idioma inglês, a falta de profissionais qualificados no mercado e a necessidade de maior suporte ao sistema de informação, ocasionando aumento do trabalho e, conseqüentemente, dos custos operacionais. Identificaram, também, a existência de diferenças de percepções quando comparados profissionais que trabalham em companhias abertas e fechadas.

Reis et al. (2009) analisaram a percepção dos profissionais contábeis do Paraná, registrados no CRC, sobre a convergência das práticas contábeis

brasileiras às internacionais. De acordo com essa pesquisa, as alterações nas práticas contábeis brasileiras não provocaram mudanças substanciais na forma de atuação dos profissionais da área contábil, possivelmente porque o estudo foi efetuado durante o ano de 2009 e as pequenas e médias empresas foram afetadas pelas alterações somente a partir de 2010.

Gonzales e Nagai (2013) também fizeram uma pesquisa sobre a utilização do CPC para pequena e média empresas e chamam a atenção para o fato de, apesar de ser uma norma jurídica válida, ainda carece de esforços dos profissionais e empresários para sua aplicação.

Tonin et al. (2013, p. 106) analisaram as mudanças nas evidenciações contábeis entre 2006 e 2010 e concluíram que a maior mudança ocorreu no método do valor justo. Os autores também ressaltam que não há consenso da representação do Fair Value como base de mensuração, trazendo certa confusão para a classe contábil na aplicação desse conceito.

Segundo Fernandes et al. (2010) os docentes da área contábil concordam com o fato de que o processo de audiência pública para análise dos pronunciamentos emitidos pelo CPC permite maior participação da classe contábil na elaboração de padrões de contabilidade, o que irá fortalecer a classe contábil, atribuindo-lhe autoridade substantiva.

## 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 3.1 TIPO E MÉTODO DE PESQUISA

Este estudo caracteriza-se, por sua natureza, como exploratório e descritivo, pois conforme Deslauriers e Kérisit (2008) tais pesquisas exploram determinadas questões e descrevem determinadas situações sociais, respectivamente. Quanto ao método é qualitativo na exploração da percepção dos profissionais de contabilidade e finanças; e quantitativo na análise estatística dos indicadores de impacto na empresa, no reconhecimento, mensuração e divulgação e entendimento das normas que, segundo Bryman (2004), permite a delineação de diferenças entre os sujeitos em

termos das características e fornece instrumento consistente para fazê-lo.

### 3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população foi composta por empresas sediadas no Brasil com atividades em comércio exterior, quer seja através de importações ou por meio de exportações. A amostra, por conveniência, foi composta de empresas sediadas na Grande São Paulo que fizeram importações no ano de 2009.

Para a composição da amostra, selecionou-se no site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, na Secretaria do Comércio Exterior – SECEX, no Departamento de Planejamento e Desenvolvimento de Comércio Exterior – DEPLA, as empresas que efetuaram importações no ano de 2009.

A amostra inicial extraída estava composta por pessoas jurídicas e pessoas físicas. Foram, então, excluídas as pessoas físicas, as micro-empresas (ME) e entidades de pequeno porte (EPP), que não eram objeto deste estudo e as filiais, por se tratarem de duplicidades de empresas. A seguir, foram excluídas, também, as empresas com montante de importações inferior a 1 milhão de dólares, obtendo-se uma amostra inicial de 3.122 empresas.

### 3.3 COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados, foi elaborado um questionário com perguntas abertas e fechadas o qual foi enviado para um total de 271 profissionais, aproximadamente 9% da amostra selecionada. Foi estabelecido o contato com as empresas através de telefone e e-mail disponíveis nos seus sites e através de contatos pessoais dos pesquisadores com as empresas constantes na amostra. Obteve-se um total de 44 respostas aos questionários enviados, compondo assim, a amostra final deste estudo.

### 3.4 VARIÁVEIS DE ESTUDO

De acordo com o Dicionário Aurélio, percepção é o ato, efeito ou faculdade de perceber. Por

perceber entenda-se adquirir conhecimento por meio dos sentidos ou, ainda, formar ideia de algo, entender, compreender, enxergar, notar.

Neste estudo foi utilizado o termo percepção com o sentido de entendimento ou compreensão do respondente em relação processo de adoção das novas práticas contábeis brasileiras.

Foram analisados os fatores que podem dificultar o processo de convergência das práticas contábeis brasileiras às internacionais, segundo a percepção dos profissionais com relação: i) ao impacto operacional na empresa; ii) ao impacto no reconhecimento, mensuração e divulgação de itens contábeis decorrentes das novas práticas; iii) ao entendimento de termos constantes nas novas normas contábeis.

Com base em Silva et al. (2010) e em pesquisa prévia realizada pelos autores em uma amostra com 60 respondentes foram identificadas as variáveis objeto deste estudo.

O questionário aplicado foi composto por questões que identificam o respondente quanto ao cargo que ocupa e tempo no cargo, quanto à formação acadêmica e quanto à idade. Foram inseridas perguntas para identificação do seguinte: tipo da empresa em que atua, categoria (multinacional ou nacional), setor, porte e país de origem. Em se tratando de multinacional foi questionado se a matriz já havia adotado as IFRS e, em caso positivo, quando ocorreu esta adoção. Adicionalmente foi questionado se o respondente foi envolvido nos processos de adoção no Brasil e na matriz, se aplicável.

Relativamente ao impacto operacional na empresa em que atua, foi solicitado aos respondentes que atribuíssem uma nota de zero (nenhum impacto) a dez (alto impacto) para as variáveis indicadas na Figura 1, em virtude da adoção das novas práticas contábeis brasileiras.

Para análise da percepção dos respondentes quanto ao impacto no reconhecimento, mensuração e divulgação de itens contábeis decorrentes das novas práticas contábeis, foi-lhes solicitado que atribuíssem uma nota de zero (nenhum impacto) a dez (alto impacto) para as variáveis indicadas na Figura 2.

Variável	Descrição
ITREIN	Treinamento de pessoal
IMUD	Mudança de critério contábil
IQAJU	Quantidade de ajustes requeridos
IVAJU	Valores dos ajustes efetuados
IDINTERP	Dificuldade na interpretação dos CPC
IDCONC	Dificuldade na conciliação entre a contabilidade fiscal e a contabilidade societária
IPROFQUAL	Falta de profissional qualificado para implantação
IIT	Falta de suporte de sistemas de informação para efetuar os lançamentos necessários
ITRABOP	Aumento no trabalho operacional
ICUSTOP	Aumento dos custos operacionais

**Figura 1 - Variáveis relativas ao impacto na empresa.**

Variável	Descrição
PINSTFIN	Instrumentos Financeiros
PIMOB	Imobilizado
PINTANG	Intangível
PINVSOC	Investimentos Societários
PPASS	Reconhecimento de Passivos
PREC	Reconhecimento de Receitas
PLUC	Lucro

**Figura 2- Variáveis relativas ao impacto no reconhecimento, mensuração e divulgação de itens contábeis.**

Para análise da percepção dos respondentes quanto ao entendimento dos termos constantes nas normas contábeis, foi-lhes solicitado que atribuíssem uma nota de zero (completamente incompreensível) a dez (completamente compreensível) para as variáveis de entendimento descritas na Figura 3.

Variável	Descrição
EFAIRVALUE	Valor justo (fair value)
EIMPAIRM	Recuperabilidade (impairment)
ERAZ	Razoável
EPROV	Provável
EPOSS	Possível
EROMOT	Remoto
EVU	Vida útil
EVUE	Vida útil Econômica
EVP	Valor Presente
EDC	Custo Atribuído (deemed cost)

**Figura 3 - Variáveis relativas ao impacto no entendimento das normas contábeis.**

Foi questionado aos respondentes se acreditavam que tais mudanças nas práticas contábeis brasileiras poderiam causar impactos fiscais.

Adicionalmente, foi aplicada uma questão aberta, solicitando ao respondente que comentasse sua impressão sobre as mudanças ocorridas na implantação das novas práticas contábeis brasileiras.

### 3.5 TRATAMENTO DOS DADOS

O tratamento dos dados dos indicadores de impacto na empresa, no reconhecimento, mensuração e divulgação e entendimento das normas foi realizado, primeiramente, com apuração da estatística descritiva das variáveis. Em seguida, devido às variáveis de estudo não apresentarem distribuição normal para todos os indicadores, foi realizado o teste não paramétrico de Kruskal-Wallis. Segundo Maroco (2010) esse teste é indicado para testar se duas ou mais amostras provêm de uma mesma população ou se de populações diferentes. A hipótese nula desse teste afirma que não existe diferença entre as médias das várias amostras. O nível de significância dos testes foi fixado em 5%.

Para a análise dessas variáveis quantitativas foi utilizada a mediana em vez da média, pois, embora a média reflita o valor de todas as observações, esta pode ser afetada pelos valores extremos, o que não ocorre quando se utiliza a mediana, que é mais robusta como medida de localização (Maroco, 2010).

Para o tratamento dos dados qualitativos relativos à exploração da percepção dos profissionais de contabilidade e finanças foi utilizada análise de conteúdo para extração da percepção dos respondentes.

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1 ANÁLISE DESCRITIVA

#### 4.1.1 Perfil da amostra

As características dos respondentes quanto ao

cargo e tempo ocupado no cargo estão descritos na Tabela 1. Nota-se que 57% dos respondentes ocupam o cargo há menos de 5 anos e 61% ocupam um cargo, no mínimo, de Gerência.

Percebe-se, conforme Tabela 2, que 64% dos respondentes têm somente a graduação, sendo assim distribuído: 82 % em contabilidade e 18% em outra área. A maioria dos respondentes

(52%) tem entre 35 e 45 anos, sendo que 73% da amostra total tem acima de 35 anos.

Na Tabela 3 observa-se que 59% dos respondentes trabalham em empresas multinacionais, cuja matriz já adotou as IFRS. Quanto ao setor de atuação das empresas em que trabalham, a maioria (57%) é composta por indústrias.

**Tabela 1- Cargo e respectivo tempo ocupado pelos respondentes.**

Cargo	até 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Entre 10 e 20 anos	> 20 anos	Total
Diretor	2	2			4
Gerente	12	4	1	6	23
Coordenador/Supervisor	11	2		4	17
Total	25	8	1	10	44

**Tabela 2 - Idade e formação acadêmica dos respondentes.**

Idade	Graduado em Contabilidade	Outra Graduação	MBA	Mestrado ou Doutorado	Total
20 - 25	1				1
25 - 35	8		3		11
35 - 45	11	3	8	1	23
45 - 50	3		4		7
> 50		2			2
Total	23	5	15	1	44

**Tabela 3 - Categoria e setor das empresas.**

Categoria	Comércio	Indústria	Serviços	Total
Multinacional, cujo país		4		4
Multinacional, cujo país	7	16	3	26
Nacional	2	5	7	14
Total	9	25	10	44

Ainda, pela Tabela 3 verifica-se que 26 respondentes atuam em empresas multinacionais cuja matriz já adotou as IFRS. A Tabela 4 demonstra em que ano a matriz efetuou a adoção e se eles foram envolvidos no processo de adoção da matriz. Percebe-se que apenas 19% dos respondentes foram envolvidos neste processo. Ressalta-se que 60% destes respondentes atuam em empresas de origem francesa, 20% em empresas chinesas e 20% em empresas japonesas.

Conforme apresentado na Tabela 5, 36% dos respondentes atuam em empresas multinacionais de grande porte, cuja matriz já adotou as IFRS, sendo 73% de origem alemã ou francesa. Entende-se por empresa de grande porte, conforme determina a legislação societária brasileira, aquelas que tenham um ativo total superior a R\$ 240 milhões ou receita bruta anual

superior a R\$ 300 milhões.

**Tabela 4 - Ano de adoção das IFRS pela matriz e envolvimento dos profissionais.**

Ano	Não	Sim	Total
2000	1		1
2001	1		1
2003	1		1
2005	6	1	7
2006	1		1
2007	2	2	4
2008	2	2	4
2009	4		4
Desconhecido	3		3
Total	21	5	26

A Tabela 6 apresenta em que ano as novas práticas contábeis brasileiras foram adotadas pelas empresas nas quais os respondentes atuam e se estes foram envolvidos no processo de adoção. Nota-se que 73% dos respondentes

participaram deste processo no Brasil nas empresas em que atuam. Destaca-se que a totalidade dos respondentes envolvidos no processo de convergência da matriz, também foi ou está envolvido no processo de convergência brasileiro.

**Tabela 5 - Tipo e categoria de empresas por país.**

Tipo	País	Multinacional, cujo país de origem ainda não adotou as IFRS	Multinacional, cujo país de origem já adotou as IFRS	Nacional	Total
Companhia aberta	Brasil			3	3
	França		1		1
	Inglaterra		1		1
	EUA		1		1
SubTotal			3	3	6
Empresa Fechada de Grande Porte	Brasil			8	8
	Alemanha	1	6		7
	EUA		1		1
	França		6		6
	Inglaterra		2		2
SubTotal		1	16	8	25
Pequenas e Médias Empresas	Brasil			3	3
	Argentina	1			1
	China		1		1
	Holanda		1		1
	Inglaterra		1		1
	Japão		1		1
	Suíça	1	1		2
	Austria		1		1
SubTotal		3	7	3	13
Total		4	26	14	44

**Tabela 6 - Ano de adoção e envolvimento do profissional nas novas práticas contábeis brasileiras.**

Ano	Não	Sim	Total
2007	2		2
2008	2	9	11
2009	2	8	10
2010	3	15	18
2011	1		1
Desconhecido	2		2
Total	12	32	44

#### 4.1.2 Análise estatística descritiva das variáveis de estudo

Pela Tabela 7 observa-se que o indicador que apresentou a menor média relativa ao impacto na empresa, na percepção dos respondentes, foi o valor dos ajustes efetuados (IVAJU=4,61) e o que apresentou a maior média foi a falta de profissional qualificado para a implantação (IPROFQUAL=6,41). Relativamente ao indicador impacto no reconhecimento, mensuração e divulgação de itens contábeis, a menor média foi a de investimentos societários (PINVSOC=4,77) e a maior foi a do

imobilizado (PIMOB=6,80). Por fim, relativamente ao indicador impacto no entendimento dos termos constantes nas normas contábeis, a menor média foi a do custo atribuído (EDC=6,25) e a maior foi a da vida útil (EDU=7,23).

## 4.2 ANÁLISE DAS VARIÁVEIS QUANTITATIVAS

### 4.2.1 Percepção geral

Pela Tabela 7, pode-se observar, ainda, que na percepção dos respondentes o indicador que causa maior impacto na empresa é a falta de suporte de sistemas de informação para efetuar os lançamentos contábeis necessários (IIT; mediana=7,5), seguido da falta de profissional qualificado para implantação (IPROFQUAL) e do aumento no trabalho operacional (ITRABOP), ambos com mediana 7,0. Os que causam menor impacto são a quantidade de ajustes requeridos (IQAJU); os valores dos ajustes efetuados (IVAJU) e o aumento dos custos operacionais (ICUSTOP), todos com mediana igual a 5.

Tabela 7 - Estatística descritiva das variáveis de estudo.

Variável	N	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Percentis		
						25	50 (Mediana)	75
ITREIN	44	5,5	2,6807	0	9	4,25	5,5	8
IMUD	44	5,409	2,518	0	10	3,25	5,5	7
IQAJU	44	4,705	2,5296	0	10	3	5	6
IVAJU	44	4,614	2,6433	0	9	3	5	6,75
IDINTERP	44	5,932	2,5187	0	10	4,25	6	8
IDCONC	44	6,091	2,5592	0	10	5	6,5	8
I PROFQUAL	44	6,409	3,1573	0	10	4,25	7	9
IIT	44	6,25	3,1997	0	10	4,25	7,5	8,75
ITRABOP	44	6,318	2,8101	0	10	5	7	9
ICUSTOP	44	5,182	2,8224	0	10	3	5	7,75
PINSTFIN	44	4,977	2,8242	0	9	3	5	7
PIMOB	44	6,795	2,7583	1	10	5	8	9
PINTANG	44	5,75	3,028	0	10	5	7	8
PINVSOC	44	4,773	3,1391	0	9	2	5	7
PPASS	44	4,932	2,9837	0	9	2,25	5	8
PREC	44	4,886	3,4923	0	10	1	5	8
PLUC	44	5,295	2,825	0	10	3,25	5	7,75
EFAIRVALUE	44	6,545	2,2356	0	10	5	7	8
EIMPAIRM	44	6,955	2,4204	1	10	5	8	9
ERAZ	44	6,295	2,436	0	10	4,25	6	8,75
EPROV	44	6,636	2,5708	0	10	5	7	9
EPOSS	44	6,568	2,4815	0	10	5	7	9
EROMOT	44	6,659	2,6054	0	10	5	7	9
EVU	44	7,227	2,219	2	10	5,25	8	9
EVUE	44	7,136	2,1305	3	10	5	8	8,75
EVP	44	7,227	2,3214	2	10	5,25	8	9
EDC	44	6,25	2,4028	0	10	5	7	8

Na percepção dos respondentes quanto ao reconhecimento, mensuração e divulgação de itens contábeis, o reconhecimento do imobilizado causa maior impacto (PIMOB; mediana=8), seguido do reconhecimento de intangíveis (PINTANG; mediana=7,0). Ressalta-se que todos os demais indicadores apresentaram a mesma mediana (5,0).

Quanto ao entendimento dos termos constantes nas normas contábeis, os respondentes acham que o termo razoável (ERAZ; mediana=6,0) é o de menor compreensão e os termos mais compreensíveis são Impairment (EIMPAIRM); vida útil (EVU); vida útil econômica (VUE) e valor presente (EVP), todos com mediana igual a 8,0.

#### 4.2.2 Percepção por formação do respondente

Como resultado do teste de KW, ao nível de significância de 5%, apurou-se diferença na percepção dos respondentes, segundo sua formação acadêmica, no indicador EDC

(sig.=0,022). Ao nível de significância de 10% encontrou-se diferença de percepção nos indicadores IMUD (sig.=0,099), EPROV (sig.=0,063), EPOSS (sig.=0,097) e EVP (sig.=0,094).

Os grupos formados pelos profissionais com pós-graduação percebem que é compreensível o termo *deemed cost*, enquanto que o grupo composto por profissionais graduados (em contabilidade ou não) tem percepção contrária.

O impacto na mudança de critérios contábeis é percebido pelo grupo dos profissionais com formação *Stricto Sensu* e graduação (exceto ciências contábeis) e não é percebido pelos profissionais com formação em MBA. Os respondentes com pós-graduação acreditam serem compreensíveis os termos provável e possível, diferentemente dos profissionais que possuem apenas graduação. Somente o grupo de respondentes com formação *Stricto Sensu* considera compreensível o termo valor presente, enquanto que os demais (graduados e com formação em MBA) consideram este termo incompreensível.

### 4.2.3 Percepção por cargo ocupado pelo respondente

O resultado do teste de Kruskal-Wallis, ao nível de significância de 5%, demonstrou diferença de percepção dos respondentes quantos aos indicadores PPASS (sig.=0,043) e PREC (sig.=0,041). Os grupos compostos por diretores e gerentes percebem baixo impacto no reconhecimento de passivos e de receitas enquanto que o grupo de coordenadores/supervisores tem percepção contrária.

### 4.2.4 Percepção por envolvimento dos respondentes no processo de adoção das novas práticas contábeis no Brasil

Conforme aponta o teste KW, as variáveis que apresentam diferença de percepção entre os respondentes que foram e que não foram envolvidos no processo de adoção das novas práticas brasileiras, ao nível de 5% de significância, são ITREIN (sig = 0,005), IDINTERP (sig = 0,016), IPROFQUAL (sig = 0,012) e PINTANG (sig = 0,028).

A percepção dos respondentes com envolvimento no processo de adoção das novas práticas no Brasil difere da daqueles que não foram envolvidos, quanto ao impacto no treinamento de pessoal, na dificuldade de interpretação dos CPC e da falta de profissional qualificado para implantação, para os quais atribuem alto impacto.

Quanto ao impacto na adoção das novas práticas contábeis, os respondentes que não foram envolvidos no processo de adoção de suas empresas atribuem alto impacto com relação aos intangíveis, contrariamente à percepção daqueles que foram envolvidos no processo de sua empresa.

### 4.2.5 Percepção por categoria de empresa

Quando aplicado o teste Kruskal-Wallis, ao nível de significância de 5%, não se apurou diferença

de percepção entre os respondentes que atuam em diferentes categorias de empresas para todos os indicadores. Porém, ao nível de significância de 10% apurou-se diferenças de percepção para os indicadores IIT (sig.=0,069), EPROV (sig.=0,078), EPOSS (sig.=0,071).

Com relação ao indicador IIT, a maioria dos respondentes que atuam em empresa nacional percebe alto impacto na falta de suporte de sistemas de informação para efetuar os lançamentos contábeis necessários, enquanto que a maioria dos respondentes que atuam em empresas multinacionais, cuja matriz já adotou o IFRS, percebe baixo impacto desse indicador.

Em relação aos indicadores EPROV e EPOSS os respondentes que atuam em empresa nacional não percebem o mesmo grau de incompreensibilidade nos termos provável e possível percebido pelos respondentes que atuam em empresas multinacionais cuja matriz já adotou ou não o IFRS.

### 4.2.6 Percepção por tipo de empresa

O teste de KW apontou diferenças de percepção, ao nível de significância de 5%, nas seguintes variáveis: ITREIN (sig.=0,013); IMUD (sig = 0,025); IQAJU (sig=0,003); IVAJU (sig.=0,001); IIT (sig.=0,042); PINSTFIN (sig.=0,029); PIMOB (sig.= 0,005); PINTANG (sig.=0,027); EFAIRVALUE (sig.=0,035) e EIMPAIRM (sig.=0,005).

Notou-se que os respondentes que atuam em empresas fechadas de pequeno e médio porte possuem percepção contrária àqueles que atuam em empresas abertas ou fechadas de grande porte. Com relação ao treinamento de pessoal, à mudança de critério contábil, à quantidade e valores de ajustes efetuados e à falta de suporte de sistemas de informação para efetuar os lançamentos contábeis necessários, os respondentes de empresas fechadas de pequeno e médio porte não percebem impactos desses itens em suas empresas, enquanto que todos os outros respondentes percebem alto impacto.

Quanto à percepção em virtude da adoção das novas práticas contábeis brasileiras os

respondentes que atuam em PME têm percepção contrária aos demais com relação aos instrumentos financeiros, imobilizado e intangível, ou seja, suas respostas apontam que os impactos são baixos em sua empresa.

Os respondentes que atuam em empresas abertas entendem perfeitamente os termos *fair value* e *impairment*. No entanto, os respondentes que atuam em empresas fechadas (independentemente do seu porte) apontam dificuldades de entendimento desses termos.

#### 4.2.7 Percepção por setor da empresa do respondente

O teste de KW apontou diferença na percepção,

ao nível de significância de 5%, somente na variável IIT (sig=0,042). Os respondentes que atuam em empresas de serviços percebem um impacto alto na falta de suporte de sistemas de informação para efetuar os lançamentos contábeis necessários, ao contrário dos respondentes que atuam na indústria e no comércio.

#### 4.2.8 Percepção dos respondentes com relação a possíveis impactos fiscais

Pela Tabela 8 nota-se que 73% dos respondentes acreditam que as mudanças nas práticas contábeis causarão impactos fiscais, sendo que a maioria (59%) atua em empresas multinacionais cuja matriz já adotou as IFRS.

**Tabela 8 - Percepção sobre os impactos fiscais por categoria de empresas.**

<b>Categoria</b>	<b>Não</b>	<b>Sim</b>	<b>Total</b>
Multinacional, cujo país de origem ainda não adotou as IFRS		4	4
Multinacional, cujo país de origem já adotou as IFRS	7	19	26
Nacional	5	9	14
Total	12	32	44

### 4.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Sobre a percepção dos respondentes quanto às mudanças ocorridas na implantação das novas práticas contábeis brasileiras, destacam-se os seguintes aspectos:

- O envolvimento da matriz no processo de internacionalização foi apontado como um facilitador na convergência das normas contábeis brasileiras, embora, mesmo assim, tenha sido necessária a utilização de consultores externos; foi destacado, também, o impacto com relação aos controles de imobilizado;
- Houve críticas quanto ao posicionamento obscuro do governo brasileiro na questão tributária que, segundo os respondentes, deveria implicar em redução de tributação, porém, nota-se o receio de que aconteça o contrário;
- Críticas também foram feitas em relação ao curto prazo de emissão das normas e da obrigatoriedade da adoção do IFRS (muitas normas foram aprovadas em 2008 para

aplicação e publicação no mesmo período).

- Benefícios apontados: um novo empuxo do mercado de capitais, possibilitando maior credibilidade nas informações contábeis e, portanto, maior presença de capital estrangeiro na bolsa de valores. Isso poderá trazer, especialmente, investidores institucionais, como os fundos de investimento e de pensão, além de outros, que poderão ver no Brasil menor risco em função desse novo ambiente regulatório. Outro benefício é a valorização da profissão contábil;
- Benefício de descolamento da contabilidade societária brasileira do que determina o FISCO e uma visão positiva com relação à utilização de uma linguagem internacional na contabilidade societária brasileira;
- Críticas foram feitas quanto ao subjetivismo existente nas IFRS, que dificulta a avaliação das demonstrações contábeis pelos analistas de mercado e demais usuários da contabilidade. Esse processo de convergência exige, ainda, um maior

aprimoramento dos profissionais de contabilidade no Brasil.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste estudo foi identificar as principais dificuldades na implantação das novas práticas contábeis brasileiras segundo a percepção dos profissionais de contabilidade e finanças de empresas sediadas no Brasil. Para alcançar este objetivo, foi efetuada uma pesquisa, através da qual 44 questionários foram respondidos por diretores, gerentes, coordenadores e supervisores de diferentes entidades.

Com relação ao perfil dos respondentes apurou-se que: 32 (73%) profissionais têm mais de 35 anos, 19 (43%) deles estão no cargo há mais de 5 anos e 16 (36%) são pós-graduados, o que demonstra a adequação dos profissionais para participar dessa pesquisa. A amostra contemplou profissionais de empresas abertas, fechadas de grande porte e fechadas de pequeno e médio porte.

Com relação ao perfil das empresas pesquisadas: 30 (68%) são empresas multinacionais, cinco (17%) delas já tinham adotado o IFRS na matriz e três (7%) empresas ainda não haviam adotado as novas práticas contábeis brasileiras. Ressalta-se que, embora o percentual de empresas que ainda não adotaram as novas práticas contábeis brasileiras seja pequeno, esperava-se que a totalidade das empresas já tivesse adotado as novas práticas contábeis. Apurou-se que 50% das companhias abertas, 68% das empresas fechadas de grande porte e 77% das pequenas e médias são multinacionais.

Em relação às empresas domésticas, do total de 14, três (7%) delas ainda não adotaram as novas práticas contábeis brasileiras. Ressalta-se que, embora o percentual de empresas que ainda não adotaram é pequeno, esperava-se que todas as entidades já tivessem adotado as novas práticas contábeis no Brasil.

Relativamente à percepção dos respondentes quanto ao impacto na empresa, observou-se que

a falta de suporte de sistemas de informação, a falta de profissional qualificado para a implantação e o aumento no trabalho operacional causam o maior impacto. Esta percepção tem sido observada no mercado brasileiro justamente por causa da mudança de foco da contabilidade societária brasileira. Os profissionais da contabilidade e o sistema de informação utilizado até então estavam muito voltados para a contabilidade tributária e isso torna mais difícil a implantação da convergência às normas internacionais.

Em relação à percepção dos respondentes quanto ao impacto no reconhecimento, mensuração e divulgação de itens contábeis, o imobilizado é o que causa o maior impacto. Isso, também, tem sido observado nas empresas porque o imobilizado sempre teve tratamento específico pelas normas tributárias brasileiras e muitas empresas tinham o valor do imobilizado completamente desatualizado. Isso também ocorreu no reconhecimento dos intangíveis.

Com relação à percepção dos respondentes quanto ao entendimento dos termos constantes nas novas normas contábeis, o termo razoável apresentou maior dificuldade de entendimento. Entende-se que o profissional contábil não está acostumado a tomar decisões de contabilização e isso pode dificultar a decisão de registro quando houver necessidade de julgamento.

Na análise quantitativa dos resultados, ao nível de significância de 5%, apurou-se diferença nos seguintes indicadores e grupos:

- Quando se considera a formação acadêmica do respondente, o entendimento do termo valor atribuído para o grupo com pós-graduação é percebido como compreensível enquanto o de graduados tem percepção contrária;
- Quando se considera o cargo ocupado pelo respondente, os grupos compostos por diretores e gerentes percebem baixo impacto no reconhecimento de passivos e de receitas enquanto que o de coordenadores/supervisores tem percepção contrária.

- Quando se considera o envolvimento ou não dos respondentes no processo de adoção as novas práticas contábeis no Brasil, aqueles envolvidos no processo percebem alto impacto no treinamento de pessoal, na dificuldade de interpretação dos CPC e na falta de profissional qualificado para implantação, enquanto que aqueles não envolvidos no processo percebem o contrário.
  - Quando se considera a categoria de empresa, nacional ou multinacional, não se apurou diferença de percepção entre os respondentes que atuam em diferentes categorias de empresas para todos os indicadores. Porém, ao nível de significância de 10% apurou-se que os respondentes que atuam em empresa nacional percebem alto impacto na falta de suporte de sistemas de informação para efetuar os lançamentos contábeis necessários, enquanto que aqueles que atuam em empresas multinacionais cuja matriz já adotou o IFRS percebem o contrário. Relativamente ao entendimento dos termos provável e possível, para os respondentes que atuam em empresa nacional a percepção é que os termos são mais compreensíveis do que para aqueles que atuam em empresas multinacionais cuja matriz já adotou ou não o IFRS.
  - Quando se considera o tipo de empresa, diversos indicadores apresentaram diferença de percepção entre os grupos compostos por empresas abertas, fechadas de grande porte e fechadas de pequeno e médio porte. Com relação ao treinamento de pessoal, à mudança de critério contábil, à quantidade e valores de ajustes efetuados e à falta de suporte de sistemas de informação para efetuar os lançamentos contábeis necessários, os respondentes de empresas fechadas de pequeno e médio porte não percebem impactos em suas empresas, enquanto que os respondentes dos outros grupos percebem alto impacto. Com relação à adoção das novas práticas contábeis brasileiras, os respondentes que atuam em PME percebem baixo impacto quanto aos instrumentos financeiros, imobilizado e intangível em suas empresas, contrariamente aos respondentes dos demais grupos. Ainda, os respondentes que atuam em empresas abertas possuem perfeito entendimento dos termos *fair value* e *impairment*, contrariamente aos respondentes que atuam em empresas fechadas (independentemente do seu porte)
  - Quando se considera o setor da empresa, apurou-se que os respondentes que atuam em empresas de serviços percebem impacto alto na falta de suporte de sistemas de informação para efetuar os lançamentos contábeis necessários, ao contrário dos respondentes que atuam na indústria e no comércio.
- Adicionalmente, verificou-se que apesar da Receita Federal ter afirmado que as alterações decorrentes do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade não produziram efeitos fiscais, a maioria (73%) dos respondentes percebe impactos fiscais na aplicação das novas normas contábeis, sendo que 72% deles atuam em empresas multinacionais.
- Na análise de conteúdo apurou-se:
- Percepções positivas: fortalecimento do mercado de capitais, descolamento da contabilidade societária brasileira da contabilidade fiscal; valorização da profissão contábil no Brasil em virtude da maior complexidade introduzida nas práticas contábeis; o envolvimento da matriz no processo de internacionalização foi um facilitador na convergência das normas contábeis brasileiras;
  - Percepções negativas: curto prazo para adequação às normas internacionais de contabilidade; posicionamento obscuro do governo em relação aos tributos tem causado receio de que haja aumento da tributação; subjetivismo existente nas IFRS dificulta a avaliação das demonstrações contábeis pelos analistas de mercado e

demaís usuários da contabilidade.

Em síntese, a percepção dos profissionais de contabilidade e finanças de empresas localizadas no Brasil com relação às dificuldades na implementação das novas práticas contábeis estão vinculadas ao reconhecimento, mensuração e divulgação de ativos imobilizados e intangíveis, devido à falta de profissionais qualificados e suporte de tecnologia da informação.

Com relação à afirmação de Hendriksen (1999) de que devem ser consideradas as consequências sociais e econômicas da política contábil, nota-se que na percepção dos respondentes da amostra deste estudo: embora não haja uma redução de custo imediato, também não existe uma preocupação com aumento de custos; existe uma perspectiva de aprimoramento da informação disponível, principalmente pelo deslocamento entre a contabilidade societária e a contabilidade fiscal; e melhores decisões por parte dos usuários, no sentido de melhor alocação de recursos, na medida em que uma uniformidade da informação disponível em diferentes países. Apesar das dificuldades apontadas no processo de implantação das novas práticas contábeis, os profissionais acreditam que elas trarão impactos positivos em termos de investimentos no país.

Conclui-se que, na visão dos respondentes, a adoção das novas práticas contábeis trará benefícios que superarão os custos e dificuldades de sua implantação, o que corrobora com as pesquisas de Tonin et al. (2013), Gonzales e Nagai (2013), Silva et al. (2010), entre outros.

Futuras pesquisas podem ser realizadas para verificar se os impactos positivos de investimentos no Brasil se concretizarão.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉS, Javier De; LORCA, Pedro; GARCÍA-DIEZ, Julita. IFRS adoption impact in Spanish listed firms. In: EUROPEAN ACCOUNTING ASSOCIATION, ANNUAL CONGRESS, 32., 2009, Tampere. **Proceedings...** 12-15 May 2009.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF.

BRYMAN, A. **Social research methods**. 2nd. ed. Oxford: University Press, 2004. p. 61-82

BUSSAB, W.; MORETIN, P. A. **Estatística básica**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

CHIRCOP, Justin. The impact of the adoption of international financial reporting standards by the European Union on financial reporting harmonization: an evolution. In: EUROPEAN ACCOUNTING ASSOCIATION, ANNUAL CONGRESS, 32., 2009, Tampere. **Proceedings...** 12-15 May 2009.

CIA, Joanelia N. de Sales; SANTOS, Edilene S.; CIA, Josilmar C. USGAAP x normas contábeis dos países da América Latina: há diferenças significativas no valor do lucro reportado pelas empresas com ADRs na NYSE? In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 8., 2008, São Paulo: **Anais...** São Paulo, 24 e 25 de julho de 2008.

COLLIS, Gil; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. Tradução de Lucia Simonini. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

DASKE, Holger et al. Mandatory IFRS Reporting Around the World: Early Evidence on the Economic Consequences. Chicago GSB. - Finance Working Paper No. 198/2008; August 2008. Available from: <<http://ssrn.com/abstract=1024240>>.

- \_\_\_\_\_. Adopting a Label: Heterogeneity in the Economic Consequences of IFRS Adoptions. Chicago GSB. - Finance Working Paper No. 05; August 2007.
- DESLAURIERS, J. P.; KÉRISIT, M. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 127-153.
- DICIONÁRIO AURÉLIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Atualizada e revista conforme o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Regis, 4. ed. 2009.
- FERNANDES, Bruno V. R.; LIMA, Diogo H.S.; VIEIRA, Eduardo T.; NIYAMA, Jorge K. Investigação Empírica da Percepção dos Docentes dos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis sobre a Função e Atuação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 26 e 27 de Julho de 2010.
- FIPECAFI USP. **Manual de contabilidade societária**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- FOX, Alison; HANNAH, Gwen; HELLIAR, Christine; VENEZIANI, Monica. *A cross-country exploration of the costs and benefits of IFRS disclosure: the UK, Italy and Ireland*. In: EAA ANNUAL CONGRESS, 33., 2010, Istanbul. **Proceedings...** Istanbul, 19-21 May 2010.
- GONZALES, Alexandre, NAGAI, Cristiane. A Eficácia social do Pronunciamento Técnico para Pequenas e Médias Empresas sob a ótica da Teoria dos Jogos. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá, v. 32 n. 1, p. 93-108, jan./abr. 2013.
- GRAY, Sidney J.; SALTER, Stephen B.; RADEBAUGH, Lee H. **Global Accounting and Control: a Managerial Emphasis**. John Wiley & Sons. 2001.
- GRECCO, Marta C. Pelucio; GERON, Cecília M. Santostaso; FORMIGONI, Henrique. The impact of the Changes in the Accounting Practices in the Conservatism Level of the Listed Companies in Brazil. In: EAA ANNUAL CONGRESS, 33., 2010, Istanbul. **Proceedings...** Istanbul, 19-21 May 2010.
- HELMANN, Andreas; PERERA, Hector; PATEL, Chris. Translation of IFRS and the Problem of Their Consistent Application. In: EAA ANNUAL CONGRESS, 33., 2010, Istanbul. **Proceedings...** Istanbul, 19-21 May 2010.
- HORTON Joanne at al. Does Mandatory IFRS Adoption improve the information environment? **Harvard Business Review**. Boston. September, 2010.
- JEANJEAN, Thomas; Stolowy Hervé. Do accounting standards matter? An exploratory analysis of earnings management before and after IFRS adoption. **Journal of Accounting and Public Policy**, 2008, vol. 27, issue 6, pages 480-494.
- LEMES, Sirlei; CARVALHO, L. Nelson G. Efeito da convergência das normas contábeis brasileiras para as normas internacionais do IASB. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4., 2004, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 7 e 8 de Outubro de 2004.
- LEMES, Sirlei; SILVA, Miriã G. A Experiência de Empresas Brasileiras na Adoção das IFRS. **Contabilidade Vista e Revista**, v. 18, n. 3, p. 37-58, jul./ set. 2007.
- MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva; MACHADO, Márcio André Veras; MACHADO, Márcia Reis. Análise da Relevância da Informação Contábil no Brasil no Contexto de Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade. **Revista Universo Contábil**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau (PPGCC/FURB), Brasi, Santa Catarina. V. 9 n. 2, 2013.
- MAROCO, João. **Análise Estatística – com utilização do SPSS**. Lisboa: Sílabo, 2010.
- MARTINS, Orleans Silva; BRASIL, Antônio M.S., A Contabilidade Internacional e a Convergência

às Normas Internacionais de Contabilidade do IASB. **QUALIT@S Revista Eletrônica**, n. 2, 2008.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Empresas Importadoras por Faixa de Valor (US\$) – Jan a Dez/2009. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1446&refr=603>>. Acesso em: 02 set. 2010.

OZU, Chikako; SHIOSAKI, Tomomi, SHIN, Mikiko; GRAY, Sidney. Corporate Perceptions of the Costs and Benefits of Future IFRS Adoption in Japan. In: EAA ANNUAL CONGRESS. 33., Istanbul. **Proceedings...** Istanbul, 19-21 May 2010.

PAULO, Edilson; ANTUNES, Maria Thereza Pompa; FORMIGONI, Henrique. Conservadorismo contábil nas companhias abertas e fechadas brasileiras. **Revista de Administração de Empresas – RAE**, vol. 48, nº 3: jul/set 2008.

QU, Xiaohui; ZHANG, Guohua. Measuring the convergence of national accounting Standards with international financial reporting standards: the application of fuzzy clustering analysis. Kozminsky Business School, Warsaw: June 5-7, 2008. Disponível em: <[www.business.uiuc.edu/accountance/research/ykzcenter/conference/s/warsaw/index.html](http://www.business.uiuc.edu/accountance/research/ykzcenter/conference/s/warsaw/index.html)>. Acesso em: 23 jun. 2009.

REIS, Luciano Gomes dos; SHIMAMOTO, Leila Sayuri; BARRIOS, Rafael Alcântara. Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade: Uma Análise sob a Perspectiva dos Profissionais Contabilistas. In: CONVENÇÃO ESTADUAL DOS CONTABILISTAS, 15, 2010, Cascavel. **Anais...** Cascavel, 19 – 21 de Maio de 2010.

SANTOS, Luiz P.G.; LIMA, Gerlando A.S.F.; FREITAS, Sheizi C.; LIMA, Iran S. Efeito da Lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBOVESP. **Revista de Contabilidade & Finanças-USP**, São Paulo, v. 22, n. 56, p. 174-188, maio/jun./jul./ago. 2011.

SILVA, Pedro C. da; WEFFORT, Elionor F. J.;

PETERS, Marcos R. S.; CIA, Joanília N. de Sales. Impacto da Adoção das IFRS nas Empresas Brasileiras de Saneamento: a Percepção dos Profissionais do Setor. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, ISSN 0103-734X, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 69-94, abr./jun. 2010.

SODERSTROM, N.; SUN, K. IFRS adoption and accounting quality: a review. **European Accounting Review**, v.16, i.4, 2007.

SOUZA, Alan A. S. e COUTINHO FILHO, Fernando B. Harmonização Internacional: um estudo sobre as dificuldades de convergência das normas contábeis brasileiras em relação às normas internacionais de contabilidade (IFRS). In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 7., 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 26 e 27 de Julho de 2007.

TONIN, Joyce Menezes da Fonseca; COLAUTO, Romualdo Douglas; AZEVEDO, Sayuri Unoki de; BEUREN, Ilse Maria; Bases de Mensuração de Ativos e Passivos: Análise de Correspondência dos Anos de 2006 e 2010. **Enfoque: Reflexão Contábil**, ISSN 1984-882X, Universidade Estadual de Maringá, Paraná, v. 32 n. 1, p. 93-108, jan/abr. 2013.

#### Endereço dos Autores:

Rua da Consolação, 930 - Prédio 45  
Consolação  
São Paulo – São Paulo – Brasil  
01302-907